

Desenvolvimentismo renovado

Aos 84 anos de idade, Luiz Carlos Bresser-Pereira tem razões de sobra para ser reconhecido como influente homem público e intelectual desenvolvimentista, com vasta atuação acadêmica e política, sobretudo no campo da economia. Ministro em mais de uma oportunidade, ocupou a pasta da Fazenda em 1987, quando preparou o terreno para o Plano Brady, e o ministério da Administração e Reforma do Estado durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, sendo responsável pela reforma gerencial da Administração Federal. Além disso, o papel que desempenhou como executivo e conselheiro de grandes empresas da iniciativa privada é característica pouco conhecida de sua trajetória abrangente e enriquecedora.

Como homem público engajado na vida política brasileira, Bresser sempre levantou questionamentos intelectuais a partir de suas experiências no governo. E o inverso também é verdade: muitas de suas inquietações intelectuais ajudaram na elaboração de planos e propostas para o país.

Desde o debate sobre a “inflação inercial”, na década de 1980, até os trabalhos sobre a reforma do Estado, durante a década de 1990, suas contribuições são indissociáveis dos principais dilemas enfrentados pela economia brasileira. Mesmo nos anos recentes, em que esteve afastado do governo, Bresser se manteve como figura de destaque na vida pública nacional, participando ativamente de debates no campo das lideranças progressistas e dos economistas heterodoxos.

As contribuições são muitas e variadas, mas convergem para o questionamento que parece organizar o essencial, no “estado da arte” de sua reflexão: quais as razões para a semiestagnação da economia brasileira desde a década de 1980? A pergunta recupera preocupação recorrente com o tema do desenvolvimento industrial, óbice decisivo na reversão do processo de “alcançamento” do padrão de vida dos países ricos. O termo é, inclusive, proposta do próprio Bresser para abrigar a ideia de “*catching-up*”.

Um aspecto caro aos principais autores do que chama de desenvolvimentismo clássico, mas enfrentado por Bresser a partir de visão renovada, que identifica o cerne do problema no desequilíbrio entre os “cinco preços” – juros, câmbio, salários, inflação e lucro – e propõe a elaboração de um modelo analítico macroeconômico capaz de descrever teoricamente o funcionamento da economia brasileira.

O reconhecimento da necessidade de um marco teórico macroeconômico orientador para as discussões sobre o processo de desenvolvimento no Brasil é um dos muitos méritos de Bresser. Lançada em 2007, a ideia de uma “macroeconomia da estagnação” propõe o diagnóstico de que o crescimento medíocre da economia brasileira no ciclo recente se explicaria pela combinação perversa entre taxas de juros elevadas e câmbio sobreapreciado no longo prazo, o que tornaria a indústria nacional menos competitiva e desestimularia seus investimentos. A centralidade do setor industrial para o desenvolvimento é, afinal, um dos aspectos recuperados dos autores clássicos.

Nos últimos dez anos, o modelo originalmente proposto por Bresser tem evoluído rumo a uma “macroeconomia do desenvolvimento”, a partir da colaboração com amplo conjunto de economistas heterodoxos que têm se denominado novo-desenvolvimentistas. Em termos de política econômica, o modelo que têm elaborado recomenda aos formuladores a adoção de três princípios fundamentais: i. rejeitar a política de crescimento com endividamento externo; ii. rejeitar a utilização da taxa de câmbio como âncora para controle inflacionário; e iii. controlar a entrada de capitais.

Onde estão as principais resistências às proposições teóricas de Bresser? Espera-se que uma desvalorização cambial reduza, no curto prazo, a remuneração dos capitalistas rentistas e o salário dos trabalhadores. É neste ponto específico que se iniciam as divergências com dois outros grupos importantes: os economistas liberais e os social-desenvolvimentistas.

Na contenda com os liberais, a crítica principal de Bresser se dirige ao rentismo, alimentado pelas altas taxas de juros, e ao que chama de “populismo cambial”, decorrência dos efeitos da sobrevalorização do real no consumo das elites e da classe média. Com os liberais, parece haver convergência no que diz respeito ao ajuste fiscal, também defendido pelos novo-desenvolvimentistas, ainda que Bresser faça significativo esforço para diferenciar políticas de ajuste favoráveis ao desenvolvimento de medidas neoliberais de austeridade, que amarrariam os investimentos públicos necessários para o processo de “alcançamento” dos países ricos.

Se a preocupação com o rentismo é comum a ambos os desenvolvi-

mentistas, o impacto das medidas propostas pelo novo-desenvolvimentismo sobre a renda dos trabalhadores é objeto de grandes divergências. Bresser considera injustificadas as críticas que recebe no campo heterodoxo: reconhecendo que uma depreciação cambial causaria queda no valor real dos salários, no curto prazo, argumenta que este efeito negativo inicial seria mais do que compensado pelo aumento no nível de emprego e na produtividade, com correspondente recuperação do poder aquisitivo dos trabalhadores, “um pouco mais adiante”.

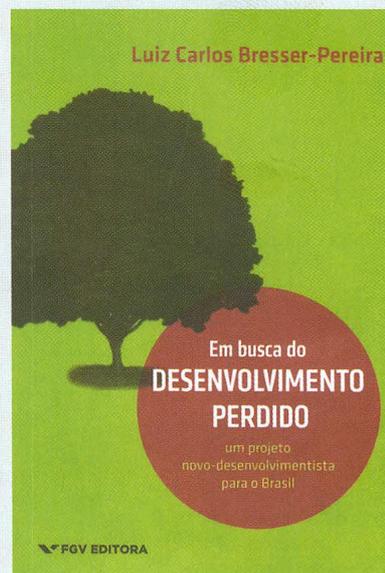
Quanto tempo significa “um pouco mais adiante” parece ser a questão central na economia política desta divergência. A persistente desigualdade, marca estruturante da sociedade brasileira, como observa o próprio Bresser, não deixa de justificar a apreensão de seus críticos. Como garantir que o processo de desenvolvimento beneficie a todos, num país onde os ganhos foram historicamente apropriados de modo desigual?

É precisamente neste ponto que *Em busca do desenvolvimento perdido* se coloca como leitura obrigatória. A resposta de Bresser aos questionamentos dos social-desenvolvimentistas não está exclusivamente em seu modelo macroeconômico, mas em sua instigante reflexão em outros campos.

Bresser insiste, acertadamente, na necessidade de que economistas heterodoxos avancem na construção de modelos teóricos que deem sustentação a seus argumentos e tem, de fato, colaborado muito neste sentido. No entanto, este seu último livro destaca um importante aspecto da teoria que propõe: a íntima conexão com uma visão histórica da economia política do processo de desenvolvimento brasileiro, associada à intuição de um homem público que compreende a dinâmica dos interesses em jogo.

Na melhor tradição dos economistas do desenvolvimentismo clássico, Bresser fundamenta muitos de seus mais incisivos argumentos numa visão consolidada da história do capitalismo e das particularidades de sua manifestação no Brasil. Uma leitura crítica ao projeto liberal da década de 1990, que não permitiu um crescimento sustentável da economia, apesar de ter controlado a inflação. Como diz em livro anterior, o Brasil é “uma nação que rejeita o Estado liberal, mas não logrou ainda reconstruir e renovar o Estado desenvolvimentista”.

Aos 84 anos de idade, Bresser mira os jovens e olha para o futuro, sem se esquecer de suas tradições intelectuais e das lições do passado. “São os jovens que se mostram mais interessados e capazes de inovar”, diz a certa altura. Seguramente, desenvolvimentistas de todas as idades aprendemos com o jovem Bresser que é preciso rejuvenescer uma velha ideia dos clássicos: a construção de um projeto nacional, em torno do qual seja possível articular uma coalizão de classes favorável ao desenvolvimento.



Em busca do desenvolvimento perdido

Luiz Carlos Bresser-Pereira
FGV Editora, 2018, 168 p.

Noel Joaquim Faria



MARCO ANTONIO A. DE ARAUJO LIMA

Engenheiro Civil pela PUC-Rio, com mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Ocupou diversos cargos executivos no BNDES. É Secretário-Executivo da ABDE.

Noel Joaquim Faria



ANDREJ SLIVNIK

Economista, formado pela Universidade de Campinas (Unicamp), e mestre em História pela mesma instituição. Atua como técnico da Gerência de Estudos Econômicos da ABDE.